

**CRÍTICA TEXTUAL E CODICOLOGIA:
ESTUDO DO MANUSCRITO MILITAR
DE TÁTICA PARA INFANTARIA (I-14,01,039/FBN-RJ)**

Sandro Marcio Drumond Alves (UFS)
smda@oi.com.br

1. Considerações iniciais

O tratamento dispensado à preparação de qualquer documentação manuscrita para estudos das mais variadas áreas é de suma importância. Segundo Cambraia (1999), "é inegável que a validade de um estudo diacrônico do português esteja diretamente relacionada à fidedignidade da fonte utilizada para a coleta de dados". Nesta apresentação, nossa proposta de trabalho terminológico foi precedida de rigor filológico tanto para a preparação da edição do manuscrito selecionado, quanto para a confecção do glossário a ser utilizado como base para um tratamento sociolinguístico de dados. Sobre esse aspecto particular, destacamos a relação entre duas áreas do conhecimento: a linguística histórica e a filologia.

2. Terminologia: noções básicas

Rondeau (1984) aponta para o fato de a palavra terminologia comportar várias definições. Isso significa que o próprio termo encerra em si um caráter polissêmico. Apesar de as definições serem muitas, não há como negar que todas acabam convergindo para um mesmo direcionamento, fruto de terem um objeto único como centro de estudo: os termos que compõe a língua de especialidade. No entanto, observar a maneira que alguns estudiosos definem a terminologia é bastante interessante pela multiplicidade de opções de áreas na qual a inserem. Por exemplo, Labate (2008, p. 15), afirma que a "terminologia é definida pela ISO 1087 como o estudo científico das noções e dos termos usados nas línguas de especialidade".

Já Barros (2004, p. 21) diz que "É a disciplina científica que estuda as chamadas línguas (ou linguagens) de especialidade e seu vocabulário." Observemos que o primeiro aloca a terminologia no espaço dos "estudos científicos" e a segunda como "disciplina científica". Outros autores, como Maciel (2001, p. 39), por exemplo, entende que "é a ciência que se ocupa do termo, unidade lexical "profissionalmente marcada" [...]

e se caracteriza por sua natureza inter e transdisciplinar". Neste caso, vemos que a terminologia já não é mais entendida como estudo ou disciplina, mas como uma ciência.

Apesar de, até o momento, os autores mencionados terem mencionado a terminologia com algum viés científico (seja como estudo, disciplina ou mesmo a própria ciência), há outros que preferem eximir-se de tal responsabilidade. Na definição de Krieger & Finatto (2004, p. 16), por exemplo, "a terminologia é um campo teórico-prático que estuda o conjunto de termos específicos de uma área científica e ou técnica, bem como direciona a produção de glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos".

Observamos que as autoras direcionam o entendimento da terminologia para o viés científico (já que comporta teoria, prática e aplicabilidade), no entanto se referem a ela como "campo teórico-prático" e em nenhum momento mencionam explicitamente seu caráter científico. Posição essa já pode ser notada em Kreiger (2001, p. 34) ao definir "a terminologia como componente lexical das comunicações especializadas e expressão dos saberes técnicos e científicos".

Para Biderman (2001, p. 19) "a terminologia se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano. [...] a terminologia deve estabelecer uma relação entre a estrutura conceptual e a estrutura léxica dessa língua." Importante salientar a posição da autora, pois se a terminologia trata do léxico, certamente tem alguma relação com a lexicologia. Assim, Andrade (2001, p. 192) explicita essa relação ao afirmar que "a terminologia pode ser encarada como uma "especificidade" da lexicologia, uma vez que trata não de todas as palavras da língua, mas daquelas que constituem as linguagens especializadas".

Não queremos afirmar que as posições demonstradas são contrárias ou errôneas. Devemos observar que nenhum entendimento exclui o outro. Dessa feita, podemos entender todos os posicionamentos como diferentes formas de abordar a terminologia que, por sua vez, reúne todas essas possibilidades.

3. Apresentação do Corpus e sua breve descrição codicológica

A fonte documental selecionada intitula-se *Instruções militares que contém os princípios geraes de tactica* e encontra-se sob a cota atual

I-14,01,039 na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ), em forma de livro. A autoria do documento é atribuída ao militar português Antônio José Batista de Sá Pereira Carneiro. O documento está datado do século XVIII (1769) e acredita-se, por várias referências apresentadas em partes do texto, que seja de Portugal, sem maiores especificações de áreas ou cidades.

Este material está constituído de 91 fólios de papel dispostos do seguinte modo: 01 fólio relativo à folha de guarda, com inscrições do título somente em seu recto; 02 fólios que compõem uma parte do texto intitulada de *prospecto*, contendo o segundo fólio somente inscrições em seu recto; 01 fólio relativo ao *prólogo* escrito em recto e verso; 02 fólios de dedicatória, não sendo o segundo fólio escrito no verso; 09 fólios de mapas, figuras e desenhos que ilustram a execução e formação dos movimentos estratégicos estipulados ao longo do texto; 76 fólios escritos todos em recto e verso, correspondentes às instruções e princípios gerais de tática militar.

Não há numeração de página em nenhum fólio dessa fonte documental. O texto está dividido em cinco capítulos e estes, por sua vez, em artigos. O primeiro capítulo tem 03 artigos, o segundo se constitui de 06, o terceiro de 03, o quarto de 08 e, por fim, o quinto de 06. Ambas as divisões encontram-se indicadas por algarismos romanos e seguidas de índice.

A capa da encadernação é feita em cartão e mede 165 x 215 mm. O lombo, que tem aproximadamente 32 mm, é arredondado e possui o nome do autor escrito em letras douradas, abreviando os sobrenomes, com exceção do último.

Já a dimensão dos fólios que contém as instruções propriamente ditas é de 155 x 205 mm. Todas as margens (superior, inferior, esquerda e direita) são marcadas a lápis de cor avermelhada em todos os fólios escritos, seja em *recto* ou em verso. A mancha ou caixa de texto tem dimensão variável entre 145 e 140 mm x 195 e 190 mm, nas quais conseguem dispor, em média, de um total de 19 a 25 linhas em coluna única.

O texto não faz uso de reclamos, ainda que esse recurso apareça tão somente em dois fólios da documentação e de formas distintas: a primeira incidência por indicação de sílaba e a outra por repetição de palavra. As duas aparições localizam-se dentro da caixa de texto. Os fólios relativos aos mapas, figuras ou desenhos têm dimensão maior que os demais, possuem de 305 a 320 mm x 205 mm e encontram-se dispostos

ao final do livro, seguindo os fólhos das instruções. Somente há marcas do carimbo da Real Biblioteca Nacional e essas aparecem tanto em alguns *recto* quanto verso dos fólhos, e de maneira descontínua e aleatória. O códice está em bom estado de conservação, apesar de possuir algumas poucas marcas de papirófagos.

4. Escolha do tipo de edição e das normas

Outra preocupação constante em trabalhos com fontes manuscritas está centrada no tipo de edição que devemos realizar. Os estudos de linguística histórica, história da língua e historiografia têm em seu cerne o mesmo objeto de estudo: os textos escritos da documentação remanescente. Assim, uma má formulação ou alterações significativas dos textos originais podem ocasionar problemas em pesquisas destas áreas.

Desse modo, a crítica textual apresenta-se como disciplina de suma importância. Realizar edições de textos, principalmente daqueles pertencentes aos períodos antigos das línguas, é uma necessidade de que se ressentem os historiadores da língua e os linguistas. Nas palavras de Mattos e Silva (2006, p. 13) “sem dúvida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para abrir caminhos para o conhecimento de sua língua”.

A crítica textual tem como objetivo principal, segundo Cambraia (2005), a restituição da forma genuína dos textos. Um texto ao ser reproduzido, por muitas vezes, não condiz com o original. Isto quer dizer que a cópia, geralmente, contém traços que podem ter sido proporcionados de acordo com a visão de quem o copiou ou, até mesmo, por adaptações que lhe pareceram necessárias. Isso pode ocorrer, por exemplo, para tornar a mensagem mais clara ou para a correção de um suposto erro.

Cambraia (2005, p. 91) explicita que os tipos de edição podem, também, ser baseados na forma de estabelecimento do texto e são distribuídos em edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto) e politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto).

Nossa proposta centra-se no primeiro caso. Sendo assim, fixamos nossa atenção somente na proposta de Cambraia (2005, p. 91-103). A intenção das edições realizadas sob os preceitos da crítica textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Além disso, ressalta-se que a

acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma. Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização. De acordo com Mattos e Silva (2008, p. 15),

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-dia-crônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística.

Assim sendo, o tipo de edição a ser utilizada para estudos linguísticos deve atender, primeiramente, ao linguista e seus anseios. Além disso, a viabilidade de nossa pesquisa é determinada por certa vantagem, tais como as condições propícias para a realização da edição. Primeiramente, o acesso direto ao manuscrito não constituiu tarefa difícil, pois além da acessibilidade geográfica à documentação, contamos também com a permissão para o manuseio da fonte original. Já que o manuscrito se encontra em excelente estado de conservação, o acesso às informações nele contidas foi, com poucos problemas de caráter paleográfico, relativamente fácil.

Por se tratar de documentação remanescente do século XVIII, o conhecimento que tínhamos de natureza codicológica, para a formulação da edição, foi suficiente para a realização de um trabalho que pudesse reproduzir com fidelidade a característica do original. Ademais, já que a edição foi realizada já vislumbrando os objetivos a serem alcançados, soube-se cuidar para que não se perdessem dados e informações relevantes. Esse cuidado é importante, pois, segundo Cambraia (1999):

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuado apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas).

A partir das palavras do autor, percebe-se que as edições devem ser rigorosas e buscar a fidedignidade da reprodução do maior de número de informações que possam ser extraídas no texto e do texto. Como os objetivos para a nossa edição já estão bem delimitados e sabemos que o nosso principal público-alvo são linguistas, partilhamos da opinião de Cambraia (1999) ao estabelecer a edição semidiplomática (ou paleográfi-

ca, ou paradiplomática, ou diplomático-interpretativa) como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “*um grau médio de mediação*, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para torna-lo mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos.” (CAMBRAIA, 2005, p. 95), todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

Para realização da referida edição, serão empregadas as normas sugeridas por Cambraia (2005, p. 129-130). Há casos em que as normas propostas pelo autor não puderam ser utilizadas. Quando ocorreu esta situação, indicamos a discrepância entre o critério adotado e a visão do autor.

5. *Propostas de constituição do glossário*

No momento da preparação da edição, nos vimos diante de algumas dificuldades que foram contornadas por meio do estabelecimento de normas, que as guiaram no sentido de dar maior fidedignidade aos textos em relação aos originais manuscritos. Certamente, no papel de editores, essa dificuldade inicial para o estabelecimento dos textos volta a aparecer quando chega o momento de elaboração dos glossários. O primeiro deles é saber se é pertinente ou não a construção de um glossário⁶⁶. Caso o seja, a segunda dificuldade estaria centrada no fato de saber qual o tipo e como deve ser elaborado.

Para a nossa pesquisa, verificou-se que é de grande importância a existência de um glossário porque delimita com precisão a base de dados lexicais que podem ser estudados nos fenômenos de variação e mudança. Segundo Mira Mateus (1995, p. 289), “da mesma forma que o problema se põe para as normas de transcrição, também a existência ou inexistên-

⁶⁶ A nossa proposta se baseia em Barbosa (2001, p. 36), pois entendemos que “[...] o glossário pretende ser representativo da situação lexical de um único texto manifestado (no limite de um macro-texto) em sua especificidade léxico-semântica e semântico-sintática, numa situação de enunciação e de enunciado, numa situação de discurso exclusiva e bem determinada”.

cia de glossários e o modo como estão concebidos se relacionam intimamente com a época do texto editado”.

Em relação à existência, não há dúvidas de que seja necessário um glossário para nosso *corpus*. Contudo, nosso segundo questionamento encontra-se no fato de saber qual seria o tipo de glossário mais adequado para atender às nossas expectativas e quais as ferramentas que usaremos para construí-lo. Nossa proposta é usar o glossário para avaliar a existência, condições e direcionalidade de fenômenos específicos (variação linguística) em partículas específicas (termos), logo não julgamos ser conveniente a construção de um glossário exaustivo. Sendo assim, optamos por elaborar um glossário parcial e seletivo⁶⁷ tomando como base as entradas léxicas pertencentes aos seguintes campos categoriais: vestuário (uniformes e acessórios das fardas); postos de graduação (a organização hierárquica); planejamento de guerra e sua execução (vozes de comando, formações e táticas); utensílios e fortificações (objetos de uso em manobras e tipos de construções) e armamentos em geral.

Baseando-nos em Krieger & Finatto (2004, p. 130) ao afirmarem que a construção de um glossário, ao contrário do que pensa o senso comum, deve seguir certos fundamentos da terminografia, calcamos a elaboração dos glossários nas seguintes etapas⁶⁸:

5.1. Etapa 1: Coleta ou extração dos termos

De acordo com Almeida *et alii* (2007), é nesta etapa que se obtém o conjunto de termos que irá compor a nomenclatura do glossário. Entende-se por nomenclatura "a lista de verbetes ou de entradas que perfaz o todo do dicionário" (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 127). Para que se possam extrair os termos, faz-se necessário, inicialmente, o reconhe-

⁶⁷ Entendemos a denominação de glossário parcial como aquele que seleciona as palavras que irão compor a nomenclatura e, para tanto, estamos baseados nos preceitos de Mira Mateus (1995). Já a concepção de glossário seletivo extraímos de Mattos e Silva (2006, p. 46). Segundo a autora é aquele em que "os editores escolhem nos seus verbetes os itens que julgam de interesse para a história da língua." No nosso caso, o julgamento, além do que preconiza a autora, centra-se na delimitação das unidades terminológicas da linguagem de especialidade que estamos enfocando. Por isso, optamos por classificar nosso glossário de parcial e seletivo.

⁶⁸ Nossa proposta baseia-se em uma adaptação das indicações de Almeida *et alii* (2007), Krieger & Finatto (2004), Barbosa (2001) e Barros (2004).

cimento das unidades terminológicas. A elaboração desta etapa deve ser acompanhada por um especialista da área-objeto.

5.2. Etapa 2:

Elaboração do mapa conceitual e validação dos termos

Denomina-se elaboração do mapa conceitual (estrutura conceitual) ou ontologia, a organização semântica de certa especialidade em campos nocionais capazes de refletir os conceitos da área-objeto e suas respectivas relações. Esta segunda fase, na prática, é realizada simultaneamente à primeira, pois, segundo Almeida *et alii* (2007, p. 410),

os termos obtidos devem ser inseridos na ontologia, por isso ela deve ser organizada preliminarmente, ou concomitantemente à extração dos termos, já que à medida que os termos vão sendo obtidos é que se pode ter uma visão real de quais são os campos nocionais que deverão integrar a ontologia.

Ainda que os autores supracitados apresentem a extração, a ontologia e a validação dos termos como três etapas estruturalmente distintas, nesse trabalho específico, optamos por aglutiná-las e considerar tão somente duas: uma primeira de coleta e a outra de elaboração do mapa conceitual e validação dos termos, pois entendemos que no momento em que delimitamos o conjunto terminológico, determinamos a pertinência e adequação dos termos, definimos as unidades terminológicas de maneira sistemática e controlamos a rede de remissivas, sendo todas essas operações realizadas na elaboração dos mapas conceituais, pode-se e deve-se, no nosso caso particular, proceder simultaneamente à validação dos termos.

A partir do momento que os termos estão alocados na ontologia, pode-se proceder à sua validação pelos especialistas. A *validação de termos pelos especialistas* é feita da seguinte maneira: selecionam-se da ontologia determinados campos nocionais e pede-se que cada assessor assinale os termos considerados semanticamente relevantes em cada campo. A esse modo de selecionar termos denominamos *critério semântico*. Há que se ressaltar que esse critério é útil quando não se utiliza a extração automática de termos. (ALMEIDA *et alii*, 2007, p. 411).

Não queremos, contudo, dizer que esta aglutinação da ontologia e da validação dos termos seja possível em todo e qualquer trabalho de cunho terminológico, mas em nosso trabalho a viabilidade existe porque, a partir da edição do *corpus*, já estabelecemos previamente os campos nocionais a serem explorados.

5.3. Etapa 3:

Elaboração e preenchimento de fichas terminológicas

Segundo Barros (2004, p. 211), as fichas terminológicas são matrizes da pesquisa terminológica “nas quais são registrados os dados relevantes e pertinentes sobre cada unidade terminológica (uma ficha para unidade estudada), provenientes das fichas de recolha ou diretamente do *corpus*.” No caso da nossa pesquisa, todos os dados serão extraídos diretamente das edições realizadas, não sendo necessária realização de fichas de recolha⁶⁹.

Almeida et alii (2007) chamam atenção para o fato de que não há um modelo ideal de ficha terminológica, pois cada uma deve contemplar as necessidades específicas do projeto, ou seja, levar em consideração o direcionamento de “para quê” ou “para quem” se elabora um glossário. Como já fora apontado anteriormente, nosso glossário dirige-se a um público-alvo de linguistas (assim como as edições) e a finalidade básica é a de catalogar dados relevantes que auxiliem o estudo de cunho variacionista.

O modelo de ficha terminológica varia de acordo com a natureza do projeto. Cada equipe determina o tipo das unidades linguísticas e dos dados a serem recolhidos e, a partir daí, elabora um modelo de ficha contendo *campos*, isto é, áreas predeterminadas reservadas ao registro de um tipo específico de dado [...] A quantidade e a função deste varia de acordo com as necessidades de registro das informações, que, por sua vez, também variam segundo a natureza da unidade linguística estudada e as características particulares da pesquisa em questão. (BARROS, 2004, p. 211)

A natureza da nossa pesquisa exige que, nas fichas terminológicas, apresentemos tanto os dados de caráter terminológico quanto os de foco terminográfico. Dessa maneira, baseando-nos nas propostas e concepções teóricas iniciais de Barros (2004) organizamos as nossas fichas do seguinte modo:

a) Dados terminológicos, em que figuram indicações sobre a unidade linguística. Neste campo delimitamos informações concernentes ao termo, classe gramatical e definição. Ademais, apresentamos informações da descrição da unidade terminológica e suas relações intersignificativas, apontando os contextos de aparição, observações gerais e as relações

⁶⁹ Segundo a autora, *fichas de recolha* (ou *de citação*) são aquelas em que se registram as unidades linguísticas em estudo, uma exemplificação de seu uso na língua, uma definição ou uma ilustração do objeto designado.

mantidas entre a unidade linguística que encabeça a ficha e outras que pertencem ao mesmo campo semântico ou conceptual.

b) Dados terminográficos, que se compõem dos dados terminológicos e, também, de determinados dados associados, tais como as fontes, o domínio de aplicação do termo e a sua frequência de ocorrência.

Assim sendo, podemos detalhar a organização das fichas por meio dos procedimentos adotados por Alves (1998), Cambraia (2000), Anjos (2003) e Souza (2008) para a constituição de glossários referentes às suas pesquisas. Esta já se configura como última etapa (**Etapa 4: Edição dos verbetes**), pois destacamos dentre as informações apresentadas nos campos de dados terminológicos e terminográficos, aquelas que serão de maior prestação para a confecção do glossário. A saber:

- 1- As entradas estão em ordem alfabética;
- 2- Os verbetes se estruturam, inicialmente, em título, indicação abreviada da classe gramatical da palavra e número total de ocorrências e a do vocábulo entre parênteses. Os substantivos e os adjetivos apresentam-se no masculino e no singular, enquanto os verbos aparecerão no infinitivo. Todas estas informações estão em negrito;
- 3- Seguindo as informações acima, encontram-se as formas do vocábulo que ocorrem no texto, incluindo as variantes, seguidas da indicação numérica de sua frequência, bem como o número da linha em que ocorrem. Estas informações vêm entre colchetes simples e caso ocorra mais de uma vez na linha, o número será repetido;
- 4- Após esses procedimentos, apresentamos a definição da palavra. A primeira acepção é extraída da edição, sem quaisquer interferências ou alterações extratextuais. No caso de a edição não contemplar a definição, esta será (re)construída com base nos indicativos textuais seguido de [rec]. A acepção seguinte será tomada do *Vocabulario portuguez & latino* de Bluteau (1712-1728), por sua proximidade temporal com o manuscrito editado. Dessa forma, temos um panorama da definição do termo isolado no seio do próprio texto e da definição registrada no *Vocabulario* de Rafael Bluteau. Em seguida, apresentaremos as informações etimológicas do verbete coletadas dos dicionários de Nascimentos (1932) e Cunha (2007).

- 5- Seguindo a definição, apresentamos a contextualização. Aqui registramos um ou mais fragmentos do texto nos quais aparece o termo. No caso de haver variantes, mais de um contexto será registrado com sua devida anotação. Neste apartado designamos que as incidências do termo estudado serão marcadas com parênteses uncinados simples.
- 6- Palavras que se apresentem como sinônimas constituirão novas entradas e estarão indicadas por notas e constituídas de remissivas.

Almeida *et alii* (2007) preveem etapas referentes à elaboração e incremento da base definicional e elaboração das definições e informações enciclopédicas. No entanto, essas fases já estão alocadas dentro da constituição do verbete. É importante mencionar que não podemos usar exhaustivamente todas as informações, uma vez que estamos tratando com um objeto histórico. Assim, embora os autores apresentem outras etapas características do método terminológico, julgamos não serem pertinentes para nosso intuito.

6. Considerações finais

Nossa proposta neste trabalho foi a de mostrar a vinculação e a importância da crítica textual com outras áreas do conhecimento científico (no nosso caso em especial, a terminologia). Além disso, é de grande importância que as bases científicas da crítica textual sejam entendidas e bem empregadas para que os estudos, cujo objeto seja de tempos pretéritos, consigam fazer bom uso de maus dados (LABOV, 1972). Além disso, a proposta que apresentamos para a formulação do glossário do documento setecentista não é fechada, mas tão somente uma possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.M.B. *et al.* O método em terminologia: revendo alguns procedimentos In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, lexicografia e terminologia. Vol. III. Campo Grande: Edufms; São Paulo: Humanitas, 2007.

ALVES, I.M. Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica. *Revista Alfa*, nº 44. São Paulo, 2000, p. 261-272.

_____. *Glossário de termos neológicos da economia*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 1998.

ANDRADE, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUIERDO, A. N. *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

ANJOS, E. D. *Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira: um estudo término-linguístico*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), 2003.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria (Org.) *A constituição da normalização terminológica no Brasil (Cadernos de Terminologia, nº 1)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: USP, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUTEAU, R. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CAMBRAIA, C. N. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

_____. *Livro de Isaac: edição e glossário (cód. ALC. 461)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa).

_____. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia*. Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LABATE, F. G. *Vocabulário da economia: Formas de apresentação dos estrangeirismos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa).

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MACIEL, A. M. B. *Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Letras).

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico*. Fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica*. São Paulo: Parábola, 2008.

MIRA MATEUS, M. H. Elaboração de glossários: problemas, métodos e técnicas. In: PEREIRA, Cilene da Cunha. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 289-298.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Paris: Gaetau Morin, 1984.

SOUZA, I. P. S. *Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa).